

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS – 1ª EDIÇÃO	9
AGRADECIMENTOS – 2ª EDIÇÃO	11
AGRADECIMENTOS – 3ª EDIÇÃO	13
PREFÁCIO À 2ª EDIÇÃO	17
PREFÁCIO À 3ª EDIÇÃO	19
APRESENTAÇÃO	21
INTRODUÇÃO	29
1. HARMONIZAÇÃO E NEUTRALIDADE TRIBUTÁRIA	33
1.1. Harmonização dos padrões internacionais de contabilidade	33
1.2. <i>International Financial Reporting Standards (IFRS)</i>	35
1.3. O processo de harmonização com os <i>IFRS</i> no Brasil	39
1.3.1. Breve retrospecto.....	39
1.3.2. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).....	41
1.3.3. Normatização e Regulação Contábeis no Brasil: uma visão pós-IFRS.....	43
1.3.4. Neutralidade tributária.....	51
2. LEI N° 12.973/2014	57
2.1. Introdução	57
2.2. Primazia da essência econômica e perspectiva da entidade econômica: breves comentários	59
2.3. Inovação e alteração nos métodos ou critérios contábeis	62
3. ECD, LALURE ECF	65
3.1. Livros contábeis	65
3.2. Livro de Apuração do Lucro Real (Lalur).....	68
3.3. Escrituração Contábil Fiscal (ECF)	70
3.3.1. Visão geral.....	70
3.3.2. Integração ECF-ECD.....	75

3.3.3.	Mapeamento para o Plano de Contas Referencial	82
3.3.4.	e-Lalur (e-Lacs)	84
3.4.	Subcontas	90
4.	RECEITA × RECEITA BRUTA	95
4.1.	Introdução	95
4.2.	Definições contábeis	97
4.3.	Definição tributária	100
4.3.1.	Receita da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica	101
4.3.2.	Tributos incidentes sobre a receita bruta	104
4.3.3.	Tributos não cumulativos cobrados destacadamente pela pessoa jurídica na condição de mero depositário	105
4.3.4.	Ajuste a Valor Presente	106
4.3.5.	Receita Bruta <i>versus</i> Receita Contábil	107
4.4.	Receita bruta – definição única	108
4.5.	Reconhecimento e mensuração da receita bruta	117
4.6.	Neutralidade tributária: art. 58 da L 12.973	119
4.7.	Princípio básico do CPC 47	127
4.8.	Modelo de 5 passos	128
4.8.1.	Passo 1 – Identificação do contrato: é um contrato com cliente? ..	129
4.8.2.	Passo 2 – Identificação da Obrigação de Performance: o que está sendo vendido?	144
4.8.3.	Passo 3 – Determinação do preço de transação: quanto é o valor do contrato?	147
4.8.4.	Passo 4 – Alocação do preço de transação: quanto é o valor de cada obrigação de performance?	161
4.8.5.	Passo 5 – Satisfação da obrigação de performance: quando a receita será reconhecida?	170
4.9.	Custos do contrato	190
5.	AJUSTE A VALOR PRESENTE (AVP)	195
5.1.	Introdução	195
5.2.	Sistemática de aplicação do AVP	196
5.3.	Tratamento tributário	200
5.3.1.	Lucro real	200
5.3.1.1.	AVP de elementos do ativo	200
5.3.1.2.	AVP de elementos do passivo	206
5.3.2.	Lucro presumido (e lucro arbitrado)	227
5.3.3.	Ganho ou perda de capital	228
5.3.4.	Variação cambial	229
5.3.4.1.	Tributação com base no Lucro Real	235
5.3.4.2.	Tributação com base no Lucro Presumido	238

6. AVALIAÇÃO A VALOR JUSTO (AVJ) – REGRA GERAL	241
6.1. Aspectos contábeis.....	241
6.2. Tratamento tributário.....	244
6.2.1. Ganho e perda de AVJ.....	244
6.2.2. Permuta.....	251
6.2.3. Instrumentos financeiros.....	255
6.2.4. Ajustes de Avaliação Patrimonial (AAP).....	258
6.2.5. Propriedade para Investimento (PPI).....	264
7. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS	269
7.1. Aspectos contábeis.....	269
7.2. Tratamento tributário.....	270
7.2.1. Lucro real.....	270
7.2.2. Lucro presumido e lucro arbitrado.....	277
8. IMOBILIZADO	279
8.1. Aspectos contábeis.....	279
8.1.1. Mensuração.....	280
8.1.2. Depreciação.....	280
8.1.3. Redução ao valor recuperável (<i>Impairment</i>).....	281
8.1.4. Custos estimados de desmontagem, remoção e restauração.....	285
8.2. Tratamento tributário.....	289
8.2.1. Depreciação.....	289
8.2.2. Teste de recuperabilidade.....	299
8.2.3. Custos estimados de desmontagem, remoção e recuperação.....	305
9. ARRENDAMENTOS	311
9.1. Introdução.....	311
9.2. Aspectos contábeis.....	314
9.2.1. Comentários iniciais.....	314
9.2.2. Contabilização dos arrendamentos – entidade arrendatária.....	316
9.2.3. Venda e retroarrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>).....	321
9.3. Tratamento tributário.....	323
9.3.1. Contraprestações.....	326
9.3.2. Custo dos bens ou serviços.....	327
9.3.3. Despesa de depreciação, amortização ou exaustão.....	327
9.3.4. Despesa financeira.....	328
9.3.5. Outros elementos previstos no CPC 06 (R2).....	329
9.3.6. Arrendamento mercantil não sujeito à Lei nº 6.099/1974.....	330
9.3.7. Ganho ou perda de capital.....	332
9.3.8. Venda e retroarrendamento.....	332

10. ATIVO INTANGÍVEL.....	361
10.1. Definições iniciais.....	361
10.2. Mensuração.....	362
10.3. Tratamento tributário.....	364
11. DESPESAS PRÉ-OPERACIONAIS OU PRÉ-INDUSTRIAIS.....	371
11.1. Aspectos contábeis.....	371
11.2. Tratamento tributário.....	372
12. INVESTIMENTOS EM COLIGADA E EM CONTROLADA.....	377
12.1. Introdução.....	377
12.2. Definições iniciais.....	379
12.3. Sistemática de aplicação do MEP – regra geral.....	384
12.4. Custo de aquisição e valor justo dos ativos líquidos.....	389
12.4.1. Composição do Custo de Aquisição para fins Tributários.....	391
12.4.2. Contraprestações Contingentes.....	395
12.4.3. Valor Justo dos Ativos Líquidos.....	396
12.5. <i>Goodwill</i> e mais-valia.....	397
12.6. Menos-valia.....	404
12.7. Laudo de avaliação.....	406
12.8. Mais-valia, menos-valia e AVJ na investida.....	408
12.9. Ganho por Compra Vantajosa (GCV).....	412
12.10. Variação na porcentagem de participação.....	417
12.11. Descontinuidade do MEP e mudança na participação societária.....	419
12.12. Lucros não realizados.....	421
12.12.1. Vendas realizadas pela investidora para coligadas ou <i>joint venture</i> (operações <i>downstream</i>).....	421
12.12.2. Vendas realizadas pela coligada ou <i>joint venture</i> para a sua investidora (operações <i>upstream</i>).....	422
12.12.3. Vendas realizadas pela controladora para a controlada.....	423
12.12.4. Vendas realizadas pela controlada para a controladora.....	424
12.13. Apuração do ganho ou perda de capital.....	425
12.14. Investimento em entidades com patrimônio líquido negativo.....	429
12.14.1. Investimentos em Coligadas e Empreendimentos Controlados em Conjunto.....	429
12.14.2. Investimentos em Controladas.....	436
12.14.3. Aquisição de Participação Societária Inicial ou Adicional em Pessoa Jurídica com Patrimônio Líquido Negativo.....	437
12.15. Aquisição de participação adicional em controlada por controladora.....	441

13. SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL SOCIAL OU DE VALORES MOBILIÁRIOS ...	447
13.1. Introdução	447
13.2. Tratamento Tributário no Lucro Real.....	448
13.2.1. Ganho de AVJ	448
13.2.2. Perda de AVJ	453
13.3. Tratamento Tributário no Lucro Presumido	457
14. INCORPORAÇÃO, FUSÃO OU CISÃO – PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA PREEXISTENTE	459
14.1. Introdução	459
14.2. Avaliação do patrimônio absorvido	460
14.3. Mais-valia e menos-valia.....	461
14.4. <i>Goodwill</i>	470
14.5. Ganho por Compra Vantajosa (GCV).....	472
14.6. Transferência de ganhos ou perdas de AVJ para a pessoa jurídica sucessora...	473
15. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS	475
15.1. Definições iniciais.....	475
15.2. <i>Goodwill</i> e GCV da combinação de negócios	478
15.3. Combinação em estágios – ganho ou perda na remensuração	480
15.4. Combinação em estágios – incorporação, fusão e cisão	486
16. PRÊMIO RECEBIDO NA EMISSÃO DE DEBÊNTURES	489
16.1. Aspectos contábeis.....	489
16.2. Tratamento tributário.....	497
17. CUSTOS DE TRANSAÇÃO NA EMISSÃO DE AÇÕES.....	503
17.1. Aspectos Contábeis	503
17.2. Tratamento Tributário.....	504
18. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES	511
18.1. Definições iniciais.....	511
18.2. Reconhecimento e mensuração	512
18.3. Tratamento tributário.....	515
18.4. Controvérsias Administrativas e Judiciais	523
19. SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO	527
19.1. Aspectos contábeis.....	527
19.2. Tratamento tributário.....	532
19.2.1. Breve Histórico	532
19.2.2. Aplicação do Art. 30 da L 12.973 às Subvenções para Investimento.....	535

19.2.3.	Um caso especial: incentivos e benefícios fiscais ou financeiro- -fiscais do ICMS e a Lei Complementar nº 160/2017	545
19.2.3.1.	Controvérsias	545
19.2.3.2.	Algumas questões contábeis	552
19.2.3.3.	Efeitos retroativos da LC 160	558
19.2.4.	L 14.789: Crédito Fiscal de Subvenção par Investimento.....	567
19.2.4.1.	O Novo Regime	567
19.2.4.2.	Contabilização do Crédito Fiscal de Subvenção para Investimento.....	571
REFERÊNCIAS	579

CONTEÚDO EXTRA PROVIEW

1. Regime Tributário de Transição (RTT)
 2. Adoção Inicial
 3. Lucros ou Dividendos
 4. Prejuízos Fiscais não Operacionais
 5. Juros sobre o Capital Próprio (JCP)
 6. Moeda Funcional
 7. Atividade Imobiliária
 8. Contratos de Concessão
- Anexos